

DE 15/09/2022
<p>PROCESSO Nº SEI-350129/000055/2022 - 2º TEN PM RG 63.105 GILBERTO VELASCO DIAS de ID Funcional: 24528234 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor FAZ JUS ao abono de permanência a partir de 23/01/2022.</p>
Id: 2426545
<p>PROCESSO Nº SEI-350030/001710/2022 - 2º SGT PM RG 77.972 MARCELO DA SILVA AMARAL de ID Funcional: 5932599 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor FAZ JUS ao abono de permanência a partir de 19/12/2021.</p>
Id: 2426545
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR</p>
<p>DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 19/09/2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350089/003849/2022 - SUBTENENTE PM RG 56.634 ANTONIO CLAUDIO BARBOSA de ID Funcional: 24183130 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor FAZ JUS ao abono de permanência a partir de 02/07/2022.</p>
Id: 2426544
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR</p>
<p>DESPACHOS DO SECRETÁRIO DE 21.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350091/012172/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>DE 22.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350131/007585/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>PROCESSO Nº SEI-350108/010515/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>PROCESSO Nº SEI-350111/001429/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>PROCESSO Nº SEI-350116/001290/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>PROCESSO Nº SEI-350029/004309/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>PROCESSO Nº SEI-350037/005519/2022 - AUTORIZO, em conformidade com o Art. 1º, do Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e Resolução SEPM nº 12, de 28 de janeiro de 2019.</p>
Id: 2426544
<p>PROCESSO Nº SEI -350515/001145/2022 - 1º SGT PM RG 66.735 MARCELO BARRETO DA SILVA de ID Funcional: 24804797 - Tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19 do art. 40 da Constituição Federal de 1988, acrescido pela Emenda Constitucional nº 41/2003, com base na Resolução SARE nº 3026/2004, e nas informações prestadas pelo órgão de pessoal no presente administrativo, o servidor FAZ JUS ao abono de permanência a partir de 24/06/2022.</p>
Id: 2426559
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR</p>
<p>DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 22.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350216/000240/2022 - AUTORIZO a disposição da TEN CEL PM RG 72.659 VIVIANE MENDES DOS SANTOS PEREIRA, ID. Funcional 24465569, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado de Polícia Militar, lotado na DPA/SP, para o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência do Tribunal Regional Federal 2ª Região, a fim de exercer suas funções na Coordenadora de Estratégias de Segurança, FC-6, nos termos do Decreto nº47/2018.</p>
Id: 2426574
<p>DE 22.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350207/000625/2022 - AUTORIZO a despesa referente à aquisição de Medicamentos, através do Pregão Eletrônico (SRP) 22/2021 (FSERJ) - em favor da empresa: NOVA LINEA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI EPP, CNPJ nº 32.350.180/0001-28 com o valor de R\$ 171,60 (cento e setenta e um reais e sessenta centavos).</p>
Id: 2426526
<p>DE 22.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350207/000540/2022 - AUTORIZO a despesa referente à aquisição de Medicamentos, através do Pregão Eletrônico (SRP) 249/2022 (SES) - em favor da empresa: NOVA LINEA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - CNPJ nº 32.350.180/0001-28, com o valor de R\$ 375,90 (trezentos e setenta e cinco reais e noventa centavos).</p>
Id: 2426527
<p>DE 22.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350207/000546/2022 - AUTORIZO a despesa referente à aquisição de Medicamentos, através do Pregão Eletrônico (SRP) 36/2022 (FSERJ)- em favor das empresas: COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (MATRIZ) - CNPJ nº 36.325.157/0001-34, com o valor de R\$ 2.799,60 (dois mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos), DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -CNPJ nº 02.520.829/0001-40, com o valor de R\$ 10.682,80 (dez mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos), NOVA LINEA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - CNPJ nº 32.350.180/0001-28 com o valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) e ESPECIALFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ nº 00.085.822/0001-12, com o valor de R\$ 912,50 (novecentos e doze reais e cinquenta centavos). Perfazendo o valor total para todas as empresas em R\$ 14.614,90 (quatorze mil seiscentos e quatorze reais e noventa centavos).</p>
Id: 2426528
<p>ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS SECUNDÁRIO</p>
<p>PORTARIA SEPM Nº 93 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022</p>
<p>INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.</p>
<p>O ORDENADOR DE DESPESAS SECUNDÁRIO, no uso das atribuições legais previstas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979 e o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980.</p>

CONSIDERANDO:
<p>- o descrito nos autos do Processo nº SEI-350094/000677/2022, noticiando que a empresa CNS NACIONAL DE SERVICOS LIMITADA, que assinou o Contrato nº 13/2019, cujo objeto contratual é a prestação de serviços continuados de cozinha e copeiragem, que no preenchimento da planilha de formação de preços referente a Férias e Adicional de Férias, a empresa utilizou o percentual de 12,10, sendo este o utilizado para contratações que utilizam Conta Vinculada, contudo, na SEPM a prática utilizada é o pagamento direto à empresa através da fatura com base na metodologia de custos e formação de preço, que no caso é 11,11%. Incidindo, portanto, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente as sanções previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas correlatas, na Instrução Normativa MPOG nº 05/2017 e nas infrações administrativas referentes às cláusulas IV, VII,VIII e XIII do Contrato nº 013/2019, que dispõem, respectivamente, sobre as obrigações da contratada; da execução, do recebimento e da fiscalização do contrato; da responsabilidade; e das sanções administrativas e demais penalidades. Fato este que gerou inúmeros embargos à rotina administrativa.</p> <p>- o descrito nos autos do Processo nº SEI-350094/000677/2022, noticiando que a empresa CNS NACIONAL DE SERVICOS LIMITADA, que assinou o contrato nº13/2019, cujo objeto contratual é a prestação de serviços continuados de cozinha e copeiragem, que no preenchimento da planilha de formação de preços referente à Substituto na Cobertura de Férias, a empresa utilizou o percentual de 1,01, contudo por se tratar de um contrato emergencial, com prazo máximo de 6 meses (180 dias), nenhum colaborador gosaria de férias nesse período, não sendo a inclusão dessa rubrica. Incidindo, portanto, no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente as sanções previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas correlatas, na Instrução Normativa MPOG nº 05/2017 e nas infrações administrativas referentes às cláusulas I, IV, VII, VIII, XII e XIII do Contrato nº 013/2019, que dispõem, respectivamente, do objeto e do regime de execução; sobre as obrigações da contratada; da execução, do recebimento e da fiscalização do contrato; da responsabilidade; da rescisão e das sanções administrativas e demais penalidades. Fato este que gerou inúmeros embargos à rotina administrativa.</p>
RESOLVE:
<p>Art. 1º - Alicerçada no que preconiza previstas no art. 82, § 1º da Lei nº 287/1979; art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.149/1980 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, instaurar o presente Processo Administrativo Sancionatório, franqueando-lhe o direito à ampla defesa e não obstante, para apurar ocorrência prima facie de inexecução contratual, perpetradas pela empresa CNS NACIONAL DE SERVICOS LIMITADA, situada na Rua LINO TEIXEIRA, nº 91, Bairro Jacaré, Rio de Janeiro/RJ, CNPJ/MF sob o nº 33.285.255/0001-05.</p>
<p>Art. 2º - Designa o SUB TEN PM RG 78.356, Id. Func 0593639-0, Vagner de Souza Vitaliano da Costa, DA DGAL, conforme preconiza o Manual para aplicação de Sanções nos casos de inexecução parcial ou total dos contratos administrativos.</p>
<p>Art. 3º - Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.</p>
<p>Art. 4º - Fica a contratada sujeita às sanções de impedimento de contratar com a administração pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato em questão, bem como às demais cominações legais, positivadas no artigo 7º da lei nº 10.520/2002. E subsidiariamente as sanções previstas nos artigos 86 e 87, incisos, I, II, III, IV da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.</p>
<p>Art. 5º - Cabe ao Gestor do Contrato adotar as medidas do poder de cautela de garantia contratual, desde que prevista no instrumento convocatório, conforme art. 56 da Lei nº 8.666/1993.</p>
<p>Art. 6º - Com fulcro no art. 34, e inciso VIII do art. 48 da Lei nº 5.427/2009, resta comunicado a contratada, a oportunidade de juntar ao sobredito processo as provas necessárias à defesa, desde que, motivadas e pertinentes ao sobredito processo. Outrossim, os autos do processo administrativo nº SEI-350094/000677/2022 estão disponíveis para consulta processual através do endereço eletrônico https://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0, o suporte para acesso ao sistema SEI é realizado na Diretoria Geral de Apoio Logístico, situada no endereço da Rua Evaristo da Veiga nº 78, térreo, Centro do Rio de Janeiro, CEP 20031-040, das 09h00min até 17h00min, número de telefone (21) 2333-2690 e e-mail: as-secl_dgal@pmerj.rj.gov.br.</p>
<p>Art. 7º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2022</p>
<p>JOMAR FERNANDO DA SILVA Ordenador de Despesas Secundário</p>
Id: 2426617
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE SAÚDE</p>
<p>DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 22/09/2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350207/000788/2021 - AUTORIZO a despesa referente a aquisição de medicamentos decorrente do Pregão SRP nº 091/21 (FSERJ) (Fundação saúde do Estado do Rio de Janeiro), à empresa AVANTE BRASIL COMÉRCIO EIRELI ME (22.706.161/0001-38), com o valor R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e ATHOS RIO PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI (31.912.939/0001-56), com o valor R\$ 491,00 (quatrocentos e noventa e um reais). Perfazendo o valor total para as empresas de R\$ 671,00 (seiscentos e setenta e um reais).</p>
Id: 2426594
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE SAÚDE</p>
<p>DESPACHOS DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 22.09.2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350207/000558/2022 - AUTORIZO a despesa referente à aquisição de Medicamentos, através do Pregão Eletrônico (SRP) 008/2022 (SES)- em favor da empresa: ATHOS RIO PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ nº 31.912.939/0001-56, com o valor de R\$ 1.399,00 (um mil trezentos e noventa e nove reais).</p>
Id: 2426525
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE SAÚDE</p>
<p>DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS DE 22/09/2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-350207/000792/2021 - AUTORIZO a despesa referente a aquisição de medicamentos decorrente do Pregão SRP nº 100/21 (SES-RJ) (Secretaria de Estado de Saúde), à empresa NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELLI, CNPJ 34.729.047/0001-02, perfazendo o valor total de R\$ R\$1.526,20 (um mil quinhentos e vinte e seis reais e vinte centavos).</p>
Id: 2426590
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</p>
<p>RETIFICAÇÃO D.O DE 13/09/2022 PÁGINA 11 - 2ª COLUNA</p>
<p>DESPACHO DO DIRETOR 09/09/2022</p>
<p>Processo nº SEI-350192/000888/2022.</p>
<p>Onde se lê: “no valor de R\$ 2.824.949,70 (dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)”</p>
<p>Leia-se: “no valor de R\$ 4.923.372,00 (quatro milhões, novecentos e vinte e três mil, trezentos e setenta e dois reais)”</p>
Id: 2426877

<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</p>
<p>DESPACHO DO SUBDIRETOR GERAL DE 22.09.2022</p>
<p>*PROC. Nº SEI-350103/001042/2022 - AUTORIZO, a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 7.714,10 (sete mil e setecentos e quatorze reais e dez centavos) à DF, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal. *Omitido no D.O. de 23.09.2022.</p>
Id: 2426642
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS</p>
<p>DESPACHOS DO SUBDIRETOR GERAL DE 22.09.2022</p>
<p>*PROC. Nº SEI-350027/004226/2022 - AUTORIZO a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 6.040,00 (seis mil e quarenta reais) ao 9º BPM, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal.</p>
<p>*PROC. Nº SEI-350103/001042/2022 - AUTORIZO a despesa por dispensa de Licitação, nos termos do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a favor do adiantamento financeiro de despesas miúdas de pronto pagamento no valor de R\$ 7.714,10 (sete mil e setecentos e quatorze reais e dez centavos) à DF, com base no caput do art. 26, do supracitado diploma legal. *Omitidos no D.O.de 23.09.2022.</p>
Id: 2426824
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR</p>
<p>ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO</p>
<p>Realizada no dia 22 de setembro de 2022, iniciada, às 08h, na sede da Diretoria de Transporte, situada na Av. Salvador de Sá, 02 - Cidade Nova - Rio de Janeiro, RJ.</p>
<p>INÍCIO: 08h</p>
<p>TÉRMINO: 09h</p>
<p>1. Ref.: Processos nºs SEI-350192/001415/2020 e SEI-350515/001810/2022.</p>
<p>2. PARTES INTERESSADAS: Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM, neste ato, representada pela Comissão de Credenciamento da Diretoria de Transporte e a Empresa ABW SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - CNPJ 22.703.579.0001/91, para o credenciamento de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças originais ou genuínas.</p>
<p>3. PRESENTES DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO: Maj PM RG 67.790 Carlos Vidal Martin (Presidente), Cb PM RG 105.082 Glaucio Bento de Oliveira, Cb PM RG 105.346 Clelton Samuel Baía e Cb PM RG 105.524 Leonardo Typaldo Caritato.</p>
<p>4. RESULTADO: Habilitado para a prestação dos serviços de mecânica, elétrica, pintura e vidraçaria, por estar em conformidade com o Edital.</p>
<p>5. ENCERRAMENTO: Pelo Presidente da Comissão foi decidido declarar habilitada e opinar pela ADJUDICAÇÃO do objeto da presente inexistibilidade de licitação à empresa ABW SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA - CNPJ 22.703.579.0001/91, para fins de credenciamento de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotores, por demanda, com fornecimento e aplicação de peças originais ou genuínas.</p>
Id: 2426854
<p>Secretaria de Estado de Polícia Civil</p>
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL</p>
<p>DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 22/09/2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-360175/000054/2022 - DEFIRO o requerimento de deflagração pelo servidor JOSÉ WANDERLEY DE SOUZA RAMOS, Oficial de Cartório - Comissário de Polícia, ID Funcional nº2.973.793-1, matrícula nº180.725-4, versando sobre cancelamento de anotações de penalidades disciplinares, com base no despacho de Análise de Estudo Técnico Preliminar SEPOL/DAP de índice nº 38888624, e na Promoção da d. ASSEJUR 424, índice nº 39880385, cujos fundamentos ora acolho como razões de decidir.</p>
Id: 2426622
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL</p>
<p>DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 22/09/2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-360166/000107/2022 - CONCEDE o benefício de abono de permanência ao servidor LUIS FELIPE GUIMARÃES MELO, identidade funcional nº 565.626-5, matrícula nº 871.822-3, Inspetor de /Polícia, de 3ª classe, tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no § 19º do artigo 40 da CF/88, nos termos da Emenda Constitucional Estadual nº 90/2021, com base no artigo 4º, e artigo 19, da Lei Complementar Estadual nº 195, de 05.10.2021, e nas informações prestadas pelo SIPEN/DGGP, com efeitos a contar de 07/08/2022.</p>
Id: 2426468
<p>SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL</p>
<p>DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 23/09/2022</p>
<p>PROCESSO Nº SEI-360209/000094/2022 - CONCEDE o benefício de abono de permanência ao servidor Ana Maria Pavanelli Abdo, identidade funcional nº 4.373.387-5, matrícula nº 959.376-5, Inspetor de Polícia, de 3ª classe, tendo em vista o atendimento dos pressupostos estabelecidos no artigo 40, §1º, III, alínea “a” e § 19, da CF/88, acrescido pela EC nº 41/03, com base na Resolução SARE nº 3026/04 e nas informações prestadas pelo SIPEN/DGGP, com efeitos a contar de 19/10/2021.</p>
Id: 2426701
<p>CORREGEDORIA GERAL CORREGEDORIA REGIONAL DA 3ª CRP REGIÃO DOS LAGOS</p>
<p>ATO DO CORREGEDOR REGIONAL DE 22/09/2022</p>
<p>INSTAURA Sindicância Administrativa Disciplinar nº 408-00015/2022, de natureza investigativa, para apurar a prática, em tese, de transgressão disciplinar, descrita no artigo 14, inciso XVII, do Dec. Lei nº 218/75. Processo nº SEI-360220/000127/2022.</p>
Id: 2426625